



Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.

CNPJ/MF nº 02.415.408/0001-50

Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, bem como, sumário dos trabalhos que a CCR ViaOeste vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente, demais públicos interessados e da superação dos limites de qualidade dos serviços prestados.

1. Mensagem à Sociedade

A CCR ViaOeste, empresa constituída em 1998, passou a integrar o Grupo CCR a partir do ano de 2005. A CCR ViaOeste administra 168,62 quilômetros de rodovias por onde trafegam diariamente mais de 600 mil veículos. O Sistema Castello-Raposo integra as rodovias Castello Branco, Raposo Tavares, Sen. José Ermírio de Moraes (Castelinho), além da rodovia Dr. Celso Charuri, beneficiando mais de 2,5 milhões de habitantes que utilizam o Sistema mensalmente. Essas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e o oeste paulista. Adquirida em março de 2005, a CCR ViaOeste foi a sexta empresa a se incorporar ao Grupo CCR. A CCR ViaOeste opera o sistema rodoviário concedido pelo Governo do Estado de São Paulo durante 24 horas, oferecendo conforto, fluidez e segurança aos usuários. A CCR ViaOeste desenvolve também programas sociais, culturais, ambientais e esportivos, que são alinhados às iniciativas do Grupo CCR e beneficiam usuários e comunidades das cidades cortadas pelo Sistema Castello-Raposo. São projetos de educação para o trânsito, de qualidade de vida para os caminhoneiros e tantos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida. A Companhia também acredita e incentiva o esporte como fator de inclusão social, beneficiando diretamente moradores dos municípios localizados no entorno de suas rodovias. A CCR ViaOeste busca ainda, atuar diretamente nas áreas de maior carência cultural, levando produções brasileiras de qualidade para todas as regiões de sua abrangência, por meio de projetos circenses, cinema e teatro.

2. Dados Econômicos

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹

Em unid. ²	2013	2012	Var. %
Veículos Equivalentes	123.388.506	116.457.051	6,0
Veículos Leves (Eq)	67.532.234	64.738.989	4,3
Veículos Pesados (Eq)	55.856.272	51.718.062	8,0

1- Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado. 2- Nas praças, onde a cobrança de pedágio é unidirecional, os seus volumes de tráfego foram dobrados para se ajustarem a aquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta. **Tráfego Consolidado (+6,0%)**: O tráfego equivalente na CCR ViaOeste registrou crescimento de 6,0% em relação a 2012. Assim como nos últimos anos, a região de Sorocaba apresentou crescimento, acima da média, de 9,1% evidenciando o desenvolvimento da região. A Rodovia Castello Branco registrou acréscimo de 5,3% sobre 2012 ante 7,9% de acréscimo registrado na Rodovia Raposo Tavares, que se destaca pela movimentação de veículos de passeio em feriados prolongados. **Veículos de Passeio (+4,3%)**: A movimentação de veículos de passeio apresentou crescimento de 4,3% sobre 2012. O destaque é a praça de Sorocaba, com crescimento de 9,1%, assim como as praças da Raposo Tavares com crescimento de 6,8%, evidenciando a movimentação de longa distância. A Rodovia Castello Branco registrou crescimento de 3,5%, influenciada pela movimentação urbana das praças de Osasco e Barueri que registraram menores índices de crescimento, 3,7% e 2,8%, respectivamente. **Veículos Comerciais (+8,0%)**: A partir de 28 de julho de 2013 teve início a cobrança de eixo suspenso, que influenciou o crescimento registrado de 8,0% na movimentação de veículos pesados sobre 2012. Além disso, a partir do 2º trimestre houve uma recuperação no volume de exportação/importação dos municípios lindeiros, assim como movimentação recorde de soja em maio de 2013 no Porto de Santos. No acumulado até novembro, verificou-se também alta nas movimentações de soja (+15,9%) e açúcar (+16,9%).

Receita operacional bruta

Receita bruta [R\$ mil]	2013	2012	Var. %
Receita de pedágio	871.260	807.723	7,9%
Receitas acessórias	11.815	11.644	1,5%
Receita operacional bruta total	883.075	819.367	7,8%
Receita de construção	35.906	28.575	25,7%
Receita bruta total	918.981	847.942	8,4%

Receita operacional líquida: A Receita operacional líquida (receita bruta total, exceto receita de construção) cresceu 7,7% em 2013 quando comparado ao ano de 2012, atingindo o valor de R\$ 806,7 milhões, sendo influenciada pelo crescimento de tráfego do sistema. As deduções sobre a receita operacional bruta aumentaram em 8,1%, alcançando o valor de R\$ 76,4 milhões, impactadas principalmente pelo crescimento de 7,8% nas receitas operacionais. Os tributos incidentes são: • ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta; • PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as receitas; e • COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3% de todas as receitas. **Custo dos serviços prestados**: O custo dos serviços prestados é composto por: • Depreciação e amortização, que são computados com base na vida útil e benefício econômico da curva de tráfego, limitados ao prazo da concessão; • Custo de construção, que é o valor dos investimentos realizados na rodovia; • Provisão de manutenção, que é o valor apropriado das futuras intervenções na rodovia para manter a qualidade e operacionalidade previstas no Contrato de Concessão; • Custos da outorga pagos ao Poder Concedente, que incluem tanto valores fixos como valores variáveis, sendo os valores variáveis equivalentes a 3% da receita bruta mensal, excluídas as receitas financeiras; • Custo com pessoal, que corresponde ao efetivo operacional para a prestação de serviços na rodovia; e • Outros custos, seguro, aluguel, viagens, eletricidade, telecomunicações e água. **Despesas administrativas**: As despesas administrativas são compostas primordialmente por salários e outros benefícios concedidos à nossa administração. O principal fator de influência nessa despesa é o número de funcionários.

3. Reajustes de tarifa de pedágio: Conforme as notícias veiculadas pela imprensa, o Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação de seu impacto, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável. Outras deliberações ainda poderão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas.

4. Riscos de Mercado

Nossas operações estão localizadas no Brasil e, portanto, as condições econômicas e políticas brasileiras podem afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais. Além disso, nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados por outros fatores econômicos, tais como: • Taxa de inflação; • IGP-M, relativo a reajustes contratuais; • TJLP, relativa a financiamentos na modalidade FINAME; • CDI, relativo a empréstimos locais em Reais e a emissão de Debêntures; • Políticas e variações cambiais; • Ausência de crescimento econômico interno; • Instabilidade social; • Diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimo; • Política monetária; • Aumento nas taxas de juros; • Instabilidade de preços, especialmente preço de combustíveis; • Controles sobre importação e exportação; • Política fiscal e alterações na legislação tributária; e • Outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil ou que afetem o Brasil. Ademais, temos os seguintes pontos de atenção, como risco de crédito, isto é, decorrente da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, bem como o risco de estrutura de capital (ou risco financeiro), decorrente da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia fizer para financiar suas operações.

5. Projetos sociais: O relacionamento da CCR ViaOeste com seus diferentes públicos é reforçado por uma série de ações sociais, cujo objetivo é contribuir para a melhoria das condições de vida dos cidadãos em geral e, em especial, para o desenvolvimento dos municípios lindeiros, com reflexo direto em seus habitantes. Os projetos que mais se destacaram em 2013, foram: **Projeto Estrada para a Saúde**: O Programa Estrada para a Saúde é um Centro de Atendimento ao Caminhoneiro que funciona diariamente. Instalado na área de descanso do km 57 da Rodovia Castello Branco, oferece, gratuitamente, exames para classificação de tipo sanguíneo e fator Rh, verificação de glicemia, colesterol, triglicérides e pressão arterial, acuidade visual, cálculo de IMC, consultas especializadas com enfermeiros e cuidadas da saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), além de dispor de outros serviços como corte de cabelo e massagem bioenergética. Além disso, o local oferece uma área de descanso aos motoristas, com lavanderia, chuveiros e um amplo estacionamento para 50 carretas, com infraestrutura para atender cargas frigoríficas. Realizado desde novembro de 2002, o programa rendeu à CCR ViaOeste, em 2003, o prêmio Top Social da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVVB). Em 2013, foram atendidos 4.822 caminhoneiros, totalizando 18.522 atendimentos desde sua implantação.

Projeto Estrada para Cidadania: Iniciado em 2007, o Programa Estrada para a Cidadania consiste em um conjunto de ações de caráter educacional que visa levar informações sobre segurança de trânsito, cidadania e meio ambiente aos alunos das 4ª e 5ª séries das redes públicas municipais de ensino fundamental. Conta com a parceria das Prefeituras Municipais através das Secretarias de Educação e Trânsito, além da Polícia Militar Rodoviária. O programa foi idealizado com o foco voltado para o ser humano, visando à valorização da criança como um importante multiplicador para uma maior consciência social e mudança de comportamento com vistas a um trânsito seguro e a preservação ambiental. **Projeto Karatekinha do Brasil**: Projeto que oferece aulas de karatê para crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, no contra-turno escolar. Além da prática esportiva, são oferecidas atividades culturais e de lazer, realização de encontros com os pais, além de encaminhamento para cursos de qualificação profissional, através de parcerias com instituições de ensino. Aulas de espanhol, inglês, informática, música, biblioteca e recreações (jogos, brinquedos, videogame, etc.). Os critérios para oferecimento das atividades são avaliações do desempenho escolar e do comportamento e participação em casa e nas aulas oferecidas pela associação. **Projeto Buzum - Teatro sobre Rodas**: O projeto BUZUM consiste em um teatro de bonecos de pau dentro de um ônibus adaptado. O espetáculo apresentado foi "O mundo português", que contou de forma bem humorada o caminho da língua portuguesa ao redor do mundo e em quais países se fala português e porquê. O espetáculo itinerou por 17 cidades, atendendo 11.220 crianças. **Vanias e Vanira**: Este programa promove educação e desenvolvimento, através do Basquete, trabalhando eixos físicos, sociais e psicológicos. Em 2013 foram atendidas 350 crianças das cidades de Cotia, Mairinque, Sorocaba e Votorantim.

Fundação Tênis: Desenvolvimento de valores e personalidade, através do esporte, por intermédio da prática sistemática e disciplinada do Tênis. Em 2013 foram atendidas 88 crianças em Santana de Parnaíba. **Pintura Solidária**: Inclusão cultural e promoção da igualdade e dignidade, através de oficinas de pinturas. Em 2013 foram atendidas 1.422 pessoas, entre crianças, jovens e idosos. **Ler é uma viagem**: Projeto de contação de histórias em sala de aula com música ao vivo. Este ano foi apresentado o livro Dom Quixote das Crianças, de Monteiro Lobato. Realizado em agosto, atendeu cerca de 300 alunos. **Teatro a Bordo**: O Teatro a Bordo é um caminhão-palco que viaja carregado de histórias, personagens e lendas. No cenário itinerante cabem peças de teatro, cinema e oficinas educativas. Também é dada oportunidade para o artista da cidade. Tiveram acesso aos espetáculos 850 pessoas. **Tocas**: Aulas de música para crianças e adolescentes de baixa renda. O projeto é realizado em Itu para 80 alunos.

Teatro de Mãos Dadas: Apresentação de Teatro que visa promover conceitos de cidadania, com foco principal nas questões de segurança viária (cinto de segurança, travessia segura e empinar pipas sem cerol), realizado voluntariamente por colaboradores da empresa mediante agendamento via Relacionamento com Prefeituras, Secretarias de Cultura e Educação, das cidades do entorno das rodovias. **Campanhas**: Contribuição social para com as comunidades onde atua - por meio da realização de campanhas de arrecadação de ovos de páscoa, brinquedos e agasalhos que são doados às entidades filantrópicas e às comunidades carentes existentes ao longo das rodovias administradas pela CCR ViaOeste. **Ações realizadas em 2013**: Páscoa - Doação de Ovos de Páscoa aos fundos sociais e comunidades do entorno da CCR ViaOeste, totalizando 5.000 ovos distribuídos a 11 Instituições. Doação de Agasalhos aos fundos sociais e comunidades do entorno da CCR ViaOeste, em atendimento a meta da ARTESP, totalizando 16.220. Dia da criança - Doação de Brinquedos aos fundos sociais e comunidades do entorno da CCR ViaOeste, totalizando 3.920 brinquedos distribuídos a 6 Instituições. Natal - Doação de Brinquedos aos fundos sociais e comunidades do entorno da CCR ViaOeste, totalizando 3.710 brinquedos.

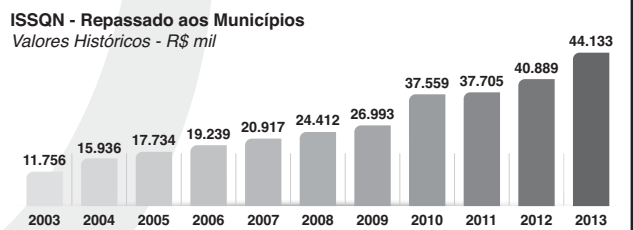
6. Recursos Humanos / Geração de Empregos: Atendendo às diretrizes do Grupo CCR, de valorizar a mão-de-obra regional, a CCR ViaOeste tem priorizado a geração de empregos entre moradores das cidades lindeiras ao Sistema Castello-Raposo. Atualmente, a empresa gera, em toda a região de influência de suas rodovias, 797 empregos diretos, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 16 municípios ao entorno das rodovias sob sua administração. Preocupada com a capacitação de seus funcionários para o exercício de suas funções, e com o objetivo de aprimorar a qualidade e o desempenho individual, a CCR ViaOeste investe no desenvolvimento de sua equipe, proporcionando convênios junto a entidades de ensino universitário e treinamentos diversos. **Pessoal**: Em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, tínhamos respectivamente 834, 783 e 797 colaboradores em tempo integral. A tabela a seguir contém dados consolidados referentes aos nossos colaboradores:

Categoria	2013	2012	2011
Administração	111	113	104
Manutenção	54	48	55
Operação	632	622	675
TOTAL	797	783	834

O nosso vínculo sindical é com o Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo. Não houve greve e nenhuma paralisação das atividades nos últimos anos. Não há atualmente nenhuma reivindicação trabalhista relevante pendente contra nós, no tocante às relações com o sindicato. O reajuste salarial para o período 2013/2014 foi de 5,5%. O salário normativo da categoria é de R\$ 832 (oitocentos e trinta e dois reais). Conferimos aos nossos Colaboradores, nos termos de nossa política de benefícios, plano de

previdência privada pela CCR Prev PGBl e VGBL (contribuição definida) administrado pelo Itaú Vida e Previdência S/A e outros benefícios sociais como programas de auxílio e ou suplementares ao bem estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos. Não há planos de opção de compra de ações internamente. Os programas da CCR ViaOeste relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho (PCMSO e PPRa) estão em conformidade com a legislação. **Treinamento e desenvolvimento profissional**: Dentre os treinamentos realizados, destacamos alguns como: • SuperInteração: que visa proporcionar aos colaboradores uma visão ampliada do negócio e a disseminação das metas pactuadas para o ano; • Semana Interna do Trânsito: com o intuito de divulgar conceitos de direção defensiva; • Inspiração: evento realizado com o grupo de análise e gestão para promover a interação das áreas e a participação no processo de avaliação de competência, proporcionando aos colaboradores um plano de desenvolvimento individual. Neste ano, as ações de T&D somaram 14.536 horas de treinamento. **Programa qualidade de vida no trabalho**: Programa que visa proporcionar aos colaboradores, por meio de um sistema integrado e contínuo, ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida e para a manutenção de um ambiente de trabalho mais saudável, com vistas ao pleno desenvolvimento do exercício de suas funções. Os programas aplicados em 2013 foram: • **Massoterapia no Ambiente de Trabalho**: Realizada duas vezes por semana na sede administrativa. • **GAT - Ginástica no Ambiente do Trabalho**: Realizada nos postos de trabalho duas vezes por semana durante a jornada de trabalho, a fim de compensar as regiões de maior sobrecarga e ativar as menos utilizadas. • **PROCOFI - Programa de Condicionamento Físico**: Programa de condicionamento físico destinado aos colaboradores do APH (Atendimento Pré-Hospitalar) e Guincho. Realizado nas bases do APH e visa promover uma melhora do condicionamento físico do colaborador, a fim de evitar lesões ao executar a atividade. O treino tem forte embasamento na ginástica funcional e é acompanhado por um educador físico. • **Programa Coração Saudável**: Exames clínicos destinados a 100% de nossos colaboradores no ano de 2013, que permitiram identificar grupos de risco, os quais foram tratados de forma individualizada, através de acompanhamentos nutricionais e médicos, educando para práticas e hábitos mais saudáveis. • **Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho Meio Ambiente e Saúde**: programa destinado a 100% dos colaboradores através de atividades temáticas relacionadas à promoção da saúde e qualidade de vida por meio de parcerias firmadas com empresas e organizações não governamentais, bem como o início das realizações dos exames médicos periódicos e avaliações físicas. Foram disponibilizados os seguintes serviços: corte e escova de cabelo, manicure, design de sobrancelhas, teste de estresse, avaliação oftalmológica, massagem, vacina antigripal, limpeza de pele, avaliação em saúde bucal e aplicação de flúor, entre outras atividades gratuitas. • **Programa Estrada para o Futuro**: Inclusão e capacitação de 16 jovens aprendizes ao longo de 2013. • **Programa de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (PNE)**: Manutenção, inclusão e desenvolvimento dos profissionais no mercado de trabalho. • **Programa de Orientação às Gestantes**: O programa atendeu 14 gestantes, todas colaboradoras da CCR ViaOeste. As futuras mães receberam orientações psicológicas e sociais, além de informações relacionadas à correta alimentação, para ela e o bebê.

7. Desenvolvimento regional: ISSQN repassado aos municípios: Em 2013, a CCR ViaOeste recolheu aproximadamente R\$ 44,1 milhões em ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza aos cofres dos municípios que fazem parte do Sistema que administra: Alumínio, Araçariçuama, Araçoiaba da Serra, Barueri, Cotia, Itapevi, Itu, Jandira, Mairinque, Osasco, Santana de Parnaíba, São Paulo, São Roque, Sorocaba, Vargem Grande Paulista e Votorantim que, juntos, somam mais de 2,5 milhões de habitantes, proporcionando a possibilidade de mais empregos, melhores salários, segurança e desenvolvimento econômico e social. O gráfico a seguir demonstra os valores recolhidos pela CCR ViaOeste a esses municípios nos últimos dez anos:



8. Meio ambiente: A preservação ambiental tem sido uma das preocupações da CCR ViaOeste, que realiza plantio de mudas em cumprimento com suas obrigações compensatórias, repondo espécies nativas - que sofrem intervenções das obras - por mudas plantadas no entorno das rodovias ou em locais apropriados e preservados. Também são realizados projetos voltados para a conscientização, contribuindo com a preservação do meio ambiente. As principais atividades realizadas durante o ano de 2013 foram: • **Programa de Controle Ambiental** - Programa que estabelece as diretrizes e assegura o cumprimento das especificações técnicas e das normas ambientais durante as obras de implantação da rodovia, a fim de garantir as condições ambientais adequadas nas áreas de entorno. Esses cuidados continuam nas fases de conservação e operação, definindo as competências e responsabilidades na gestão ambiental do empreendimento. O Programa de Controle Ambiental objetiva instaurar um processo de análise em todas as atividades e processos operacionais desenvolvidos na rodovia, definindo de maneira sistemática uma estratégia de mitigação das consequências dos impactos ambientais e sociais, bem como os riscos à saúde ocupacional e à segurança do trabalho. Além disso, o programa considera atividades realizadas em condições normais e anormais de operação, bem como condições de emergência e aspectos ambientais das atividades. • **Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas e Reflorestamento** - Projeto de recuperação de áreas degradadas e conscientização da comunidade sobre questões relacionadas à preservação do meio ambiente e reflorestamento das matas ciliares. As ações desenvolvidas nos Projetos de Compensação Ambiental resultaram no plantio de 20.955 mudas. • **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos** - O principal objetivo deste plano é estabelecer um tratamento ambientalmente adequado e seguro aos resíduos sólidos perigosos e não-perigosos gerados nas atividades de operação das rodovias, de forma consciente e eficiente, visando o atendimento à legislação ambiental aplicável, a proteção de nossos colaboradores e a Nova Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Em 2013, implantamos o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e até 2014, de acordo com nossas diretrizes corporativas, teremos a implantação completa do programa, bem como o tratamento dos resíduos perigosos e não perigosos, de todas as nossas atividades operacionais, as quais estão dentro de um programa que considera as práticas de redução, reaproveitamento, reciclagem, destinação para aterros sanitários especializados.

Elaboração do Sistema de Gestão Ambiental, Saúde Ocupacional e Segurança - SGASS. O SGASS demonstra as nossas responsabilidades através de programas e ações que colaboram com o desenvolvimento econômico, qualidade de vida, conservação ambiental, segurança e saúde, atendendo as necessidades presentes e futuras. Durante o ano de 2013, realizamos a primeira auditoria deste Sistema para avaliação da maturidade e eficácia dos programas de segurança, saúde e meio ambiente. • **Criação do Comitê de Sustentabilidade da CCR ViaOeste** - Tem a missão de transformar diretrizes corporativas em planos de ação de sustentabilidade e o objetivo de garantir a execução dos mesmos. Este comitê é composto pelo Diretor Presidente, Diretor e Gestores das principais áreas da empresa. As reuniões para discussão dos principais temas e ações relacionados à Sustentabilidade ocorrem todas as terças-feiras, em conjunto com a reunião de gestão; nela são apresentados os principais resultados, bem como as necessidades de melhorias e diretrizes traçadas pela Diretoria para as providências necessárias. • **Área específica para o desenvolvimento das atividades de Sustentabilidade** - Visando a melhoria contínua dos processos, a CCR ViaOeste criou em 2011 uma nova área, responsável

continua

continuação

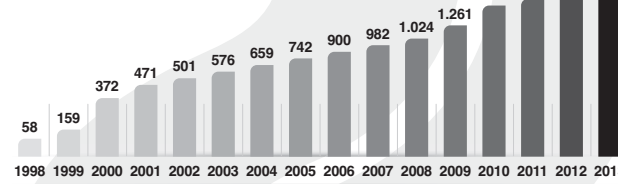
CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A.

por implantar e aplicar práticas de sustentabilidade como parte estratégica em projetos e atividades, além de estruturar e viabilizar ações de sustentabilidade a partir de processos implantados nas atividades operacionais das rodovias atendendo suas obrigações contratuais, legais e seus clientes internos e externos e ainda implantar melhorias e eliminar riscos com foco nas principais externalidades, buscando o equilíbrio entre os três pilares da Sustentabilidade - Ambiental, Social e Econômico.

9. Segurança Viária: A CCR ViaOeste atua, não somente no gerenciamento e na promoção de melhorias das rodovias, mas também no desenvolvimento de condições de segurança e conforto aos usuários e às comunidades lindeiras. Essas ações têm contribuído positivamente com a estatística de acidentes do Sistema Castello-Raposo. Em 1998, primeiro ano de concessão, houve registro de 96 óbitos, sendo que em 2013 foram 63, uma redução de 34%. Dentre as ações desenvolvidas em 2013 na área de segurança no trânsito, destacam-se: **• Zero Alcool** - Programa desenvolvido em parceria com a Polícia Militar Rodoviária e o Instituto de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), com o objetivo de reduzir o número de acidentes no Sistema Castello-Raposo que tenham como causa a associação de álcool e direção por intermédio de duas frentes de atuação: **• Ações coercitivas:** identificação e notificação de condutores embriagados por meio de parceria com a Polícia Militar Rodoviária; **• Ações educativas:** trabalho de conscientização na região lindeira, com realização de palestras e divulgação de material educativo para prevenção de acidentes de trânsito provocados pelo consumo de álcool. Ao longo de 2013 foram distribuídos um total de 140.000 folhetos (material informativo) nas praças de pedágio e nas ações educativas, além da execução de palestras e seminários. Este programa também contempla a distribuição de bafômetros descartáveis. Neste ano foram distribuídos 1.000 bafômetros aos clientes do Sistema Castello-Raposo durante o período de Carnaval. **• Projeto Cinto de Segurança** - o uso do cinto de segurança, de acordo com o artigo nº 65 do Código de Trânsito Brasileiro, é obrigatório para todos os ocupantes de veículos, em todas as vias do território nacional. A partir dessa necessidade e com o objetivo de minimizar a gravidade dos acidentes, a CCR ViaOeste desenvolve ações educativas sobre a correta utilização do cinto de segurança, inclusive no banco traseiro dos veículos. As ações são realizadas pela Equipe de Interação com o Cliente, no atendimento ao usuário, com distribuição de informativos educativos e orientação complementar. Em 2013 foram distribuídos 104.000 folhetos. **• Projeto Neblina** - Esse projeto prevê a veiculação de mensagens educativas para os motoristas sobre os procedimentos que devem ser adotados na rodovia quando há formação de neblina. A ação se dá por meio da distribuição de folhetos educativos nas praças de pedágio, faixas instaladas ao longo das rodovias e veiculação de mensagens nos painéis móveis, ocorrendo formação de "comboios" com apoio da Polícia Militar Rodoviária sempre que necessário. Em 2013, 48.000 folhetos educativos foram distribuídos. **• Projeto Queimada** - este projeto vem sendo desenvolvido pela CCR ViaOeste desde 1999, entre os meses de junho e agosto, período em que eventos envolvendo incêndio nas matas, localizadas nas proximidades das rodovias, crescem sensivelmente por ocasião do período de seca, aumentando assim os riscos de acidentes. Nesse projeto há distribuição de material educativo e orientação quanto aos cuidados necessários para evitar o aparecimento de focos de incêndio. Foram distribuídos 48.000 folhetos em 2013. **• Pedala Certo** - voltado aos ciclistas, em decorrência do aumento desse meio de transporte nas rodovias, principalmente nas marginais leste/oeste da Rodovia Presidente Castello Branco. Suas principais atividades são abordagem e distribuição de informativo, como também, distribuição de adesivos refletivos. Neste ano, foram efetuadas 331 abordagens diretas aos ciclistas. **• Projeto Motociclista** - campanha educativa que visa conscientizar os motociclistas sobre as questões de como manter uma direção responsável e segura (defensiva), quer estejam na cidade, quer estejam nas rodovias. A CCR ViaOeste realiza campanha educativa com distribuição de folhetos e implantação de faixas informativas. No ano de 2013, mais de 8.862 motoqueiros foram orientados. **• Projeto Pirlampo** - com a realização desta ação, a CCR ViaOeste busca conscientizar os caminhoneiros sobre a importância de executar a manutenção das lâmpadas traseiras dos caminhões minimizando, deste modo, os riscos de acidentes, principalmente no período da noite. Foram realizadas 08 ações nos postos de serviço em 2013, com 1.426 caminhoneiros abordados e 221 trocas de lâmpadas. **• Projeto Travessia Segura** - essa ação está voltada para todos os pedestres que moram ou circulam nas proximidades do Sistema Castello-Raposo. Essa ação acontece por meio da distribuição de panfletos impressos com dicas de segurança para pedestres, informando sobre como circular e atravessar as rodovias com segurança. Estes folhetos são distribuídos em pontos específicos, por instrutores e colaboradores da CCR ViaOeste. No ano, foram orientados 992 pedestres. **• Pista Molhada** - visa orientar como o condutor de veículos deve se comportar sobre o piso molhado e os cuidados que deve ter na manutenção do seu veículo. No ano, foram distribuídos 29.000 mil folhetos nas praças de pedá-

gios. **• Uso Correto do Acostamento** - seu principal foco é conscientizar e orientar os motoristas quanto ao uso correto do acostamento. No ano, foram distribuídos 42.500 informativos nas praças de pedágios. **• Pipa** - conscientização sobre os perigos de soltar pipa nas proximidades da rodovia. Foram orientados 39 praticantes desta atividade, nos locais de maior incidência. **• Animais** - orientação aos proprietários de áreas no entorno da rodovia sobre a importância de manter as cercas sempre em perfeito estado, evitando que seus animais fujam causando acidentes na rodovia. Neste ano, 13 proprietários foram orientados. **• Mantenha-se a Direita** - orientação ao motorista de veículos pesados a utilizarem as faixas da direita, com objetivo de reduzir o número de acidentes, principalmente colisão traseira. Foram distribuídos 38.000 folhetos em 2013. **• Pane Seca** - orientação aos motoristas sobre a importância de verificarem a existência de combustível suficiente para chegarem ao local de destino. Neste ano foram distribuídos 58.000 folhetos.

10. Investimentos: A CCR ViaOeste já investiu, em valores atualizados, cerca de R\$ 3,0 bilhões na infraestrutura rodoviária desde 1998, nas rodovias do Sistema Castello-Raposo (valores apontados no próximo gráfico são históricos). Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos desde o início da concessão, destacam-se: **• Marginais da Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280)** - foram construídos 20 km de rodovia, com quatro faixas e pavimento em concreto; **• Melhorias na Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280)** - foram implantadas passarelas, executados recapeamentos, sinalizações, prevenção contra animais nas pistas, instalação de painéis de mensagens variáveis, radares, etc; **• Rodovia Raposo Tavares (SP-270) - duplicação trecho Sorocaba** - foram duplicados e integralmente abertos ao tráfego 24 km na região de Sorocaba e Araçoiaba da Serra; **• Rodovia Raposo Tavares (SP-270) - duplicação trecho Cotia** - foram duplicados e integralmente abertos ao tráfego 12 km na região de Cotia; **• Rodovia Senador José Ermírio de Moraes (SP-075)** - foram realizadas obras de recuperação de pontes e viadutos, recapeamentos, sinalizações, etc; **• Rodovia Dr. Celso Charuri (SP-091)** - foram construídos 6 km de rodovia em pista dupla, que interligou a Senador Jose Ermírio de Moraes (SP-075) com a Raposo Tavares (SP-270). Esse trecho permitiu que veículos trafegassem entre as duas rodovias, contornando a cidade de Sorocaba e desafogando o tráfego urbano; **• Rodovia Raposo Tavares (SP-270) - Contornos de São Roque e de Brigadeiro Tobias** - iniciados no ano de 2006, a construção de 6,3 km de via, com 9 viadutos, 1 túnel e 1 passarela, permite melhor qualidade de vida e segurança para a população da região e usuários da rodovia; **• Projeto Cebolão - Rodovia Castello Branco (SP-280)** - construção de mais uma ponte sobre o Rio Pinheiros, com adequação das faixas de acesso à Marginal Tietê, além da completa reformulação do trevo de Jandira e Itapevi e a reconfiguração das praças de pedágio dos km 18, 20 e 33, com redução das tarifas de pedágio de até 57%; **• Revitalização do pavimento da Marginal Castello Branco (SP-280)** - Recuperação de 23 km de pavimento rígido de concreto das Marginais da Castello Branco. Esse investimento proporciona maior conforto e segurança aos usuários. **• Outros** - frota de 78 veículos operacionais; 29 painéis de mensagens variáveis, sendo 22 fixos e 7 móveis; 74 câmeras de vídeo para monitoração de tráfego; 150 câmeras de segurança das praças; 338 câmeras para controle de evasão de pedágio; 291 telefones de emergência; 250 km de cabos de fibra óptica em rodovia e um centro de controle operacional que monitora as rodovias 24 horas por dia.

Investimentos Acumulados
Valores Históricos - R\$ milhões

As principais obras de 2013, um ano com intenso volume de investimentos, foram: **• Rodovia Raposo Tavares (SP-270) - 3ª Restauração de Pavimento** - Implantação das marginais de Sorocaba km 92 ao km 95. Esta obra visa atender aos níveis de serviço devido à alta demanda de tráfego rodoviário local, além de separar o tráfego de longa e curta distância e melhorar o tráfego da pista expressa, proporcionando aos usuários maior conforto e fluidez. **• Rodovia Raposo Tavares (SP-270) - Recuperação de Obras de Artes Especiais 2013** - 24 recuperações de OAE's concluídas, além de trabalho para restauração de juntas de dilatação. **• Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280) - Estabilização de Terraplenos** - 30 obras de estabilização de taludes concluídas. Intervenções, resta-

ções e manutenção contratual para estabilizações de terraplenos do Sistema Castello Raposo. **• Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280) - Implantação de Dispositivo de Retorno** - Implantação de dispositivo de retorno com a execução de 01 viaduto (87,75m de extensão) e um muro de contenção em terra armada (235m de extensão e com altura máx. 14m) diminuindo o tempo e a distância de retorno favorecendo os usuários da rodovia e os lindeiros regionais. **• Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280) - Remodelação do PGF** - 2ª fase da remodelação do Posto Geral de Fiscalização (balança). **• Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280) - Implantação de 4ª Faixa** - Obra em execução de 4,00 km de faixa adicional nos Km 25 ao km 26 e km 28,5 ao km 31,5 - Pista Leste, melhorando a fluidez da rodovia.

11. Comunicação com o usuário: A CCR ViaOeste ouve e orienta seus usuários através de diversos canais de comunicação, como: **• 0800 701 5555:** chamadas gratuitas para nossa central de atendimento (via telefone ou call box), que atende 24 horas por dia, 7 dias por semana. Atendimento aos usuários que necessitam de qualquer tipo de informação sobre as condições do trecho concessionado pela CCR ViaOeste, bem como outras dúvidas, reclamações e sugestões. Em 2013 tivemos um total de 536.030 ligações totais (média mensal de 44.669), sendo 121.687 atendidas diretamente por nossos colaboradores e 414.343 atendidas pela Unidade de Resposta Auditável (URA), com informações sobre o tráfego das rodovias. **• Internet:** "Fale Conosco", por meio do site www.viaoeste.com.br. Em 2013 atendemos e tratamos 1.284 manifestações via fale conosco (média mensal 107); **• Casa do Usuário:** postos de atendimento localizados em pontos estratégicos para conforto de nossos usuários, tais como km 24 da Rodovia Castello Branco (sentido interior-capital), km 34+200 da Rodovia Raposo Tavares (sentido capital-interior) e km 8,5 da Rodovia Senador José Ermírio de Moraes (sentido Sorocaba). A Casa do Usuário é equipada com toaletes, fraldários e mapas informativos. No ano de 2013, 268.512 usuários foram atendidos nestes postos. **• Ouvidoria:** importante canal de comunicação entre o usuário e a Diretoria da Concessionária, que de acordo com as manifestações que recebe, gera importante ferramenta de gestão para diversas áreas, sobretudo operacionais. Por meio deste canal, o usuário pode registrar suas manifestações e receber a resposta no prazo máximo de três dias. Em 2013, a Ouvidoria tratou 5.969 manifestações (média de 497 por mês), oriundas de nossos diversos canais de comunicação: 0800, Casa do Usuário, e-mail, site, telefone e visitas pessoais. Após o recebimento da manifestação (elogio, sugestão, reclamação, pedido de ressarcimento), a Ouvidoria, em conjunto com cada área técnica, avalia o assunto e dá o devido tratamento a cada tipo de caso, bem como o retorno ao usuário. O escopo do trabalho da Ouvidoria é cuidar adequadamente de cada manifestação recebida dos usuários, auxiliando no trabalho contínuo de aprimoramento de nossos serviços. **• Telefones de emergência (CallBox):** são 295 aparelhos instalados ao longo das rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Celso Charuri (SP 091), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Raposo Tavares (SP 270). Em 2013, o serviço 0800 tratou 14.654 chamados feitos por este canal (média mensal de 1.221).

12. Considerações Finais: Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa. Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As demonstrações financeiras da Concessionária, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

13. Declaração da Diretoria: Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

14. Agradecimentos: A Administração da CCR ViaOeste agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos Acionistas, ao Poder Concedente, aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, aos Usuários, Fornecedores e Instituições Financeiras. À nossa equipe de Colaboradores, nosso muito obrigado pela dedicação, esforço e resultados alcançados.

Barueri, 19 de fevereiro de 2014

A Administração

Demonstração do resultado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais)							
Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Circulante				Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa.....	6	171.226	19.802	Financiamentos e arrendamento mercantil ...	13 e 18	228	798
Contas a receber.....	7	1.858	1.676	Debêntures e notas promissórias.....	14	430.086	181.668
Contas a receber - partes relacionadas.....	10	47.908	41.861	Fornecedores.....	15	14.680	17.757
Tributos a recuperar.....		2.113	3.067	Fornecedores e contas a pagar -			
Pagamentos antecipados relacionados				partes relacionadas.....	10	37	2.602
à concessão.....	9	3.297	3.297	Impostos e contribuições a recolher.....	16a	57.969	31.294
Despesas antecipadas.....		2.618	2.764	Obrigações sociais e trabalhistas.....		9.857	9.402
Outros créditos.....		2.062	685	Impostos e contribuições parcelados.....	16b	6.515	6.147
Total do ativo circulante.....		231.082	73.152	Provisão de manutenção.....	19	18.648	18.240
				Obrigações com o poder concedente.....	25	1.147	2.092
				Outras contas a pagar.....		5.847	6.894
				Total do passivo circulante.....		545.014	276.894
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos e arrendamento mercantil ...	13	321	548
Depósitos judiciais.....		2.640	1.745	Debêntures.....	14	461.487	679.845
Despesas antecipadas de outorga fixa.....	9	100.219	82.336	Impostos e contribuições parcelados.....	16b	51.811	55.213
Pagamentos antecipados relacionados				Fornecedores e contas a pagar -			
à concessão.....	9	26.376	29.673	partes relacionadas.....	10	189	-
Outros créditos.....		438	105	Adiantamento para aumento de capital -			
		129.673	113.859	partes relacionadas.....		1.724	1.724
Imobilizado.....	11	62.311	66.812	Impostos diferidos.....	8b	61.095	61.056
Intangível.....	12	1.035.738	1.085.559	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas			
				e previdenciários.....	17	2.253	2.338
				Provisão de manutenção.....	19	13.367	14.079
				Obrigações com o poder concedente.....	25	5.774	6.862
				Outras contas a pagar.....		1.121	1.334
				Total do passivo não circulante.....		599.142	822.999
				Patrimônio líquido			
				Capital social integralizado.....	20a	139.763	139.763
				Reservas de capital.....	20c	2.677	2.677
				Reservas de lucros.....	20b	139.208	97.049
				Dividendos Adicionais Propostos.....		33.000	-
Total do ativo não circulante.....		1.227.722	1.266.230	Total do patrimônio líquido.....		314.648	239.489
Total do ativo.....		1.458.804	1.339.382	Total do passivo e patrimônio líquido.....		1.458.804	1.339.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2013	2012
Receitas	21	842.566	777.249
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção.....		(35.906)	(28.575)
Provisão de manutenção.....	19	(11.785)	(11.476)
Depreciação e amortização.....		(77.555)	(70.663)
Custo da outorga.....		(60.296)	(62.738)
Serviços.....		(48.152)	(54.230)
Custo com pessoal.....		(33.474)	(33.015)
Materiais, equipamentos e veículos.....		(8.195)	(7.646)
Outros.....		(12.644)	(14.507)
		(288.007)	(282.850)
Lucro bruto		554.559	494.399
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal.....		(14.470)	(12.686)
Serviços.....		(25.138)	(25.889)
Materiais, equipamentos e veículos.....		(1.030)	(1.007)
Depreciação e amortização.....		(15.623)	(14.361)
Outros.....		(14.178)	(11.021)
		(70.439)	(64.964)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos.....		484.120	429.435
Despesas financeiras	22	(78.764)	(89.343)
Receitas financeiras	22	12.273	8.418
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....		417.629	348.510
Imposto de renda e contribuição social - correntes.....	8a	(139.806)	(106.609)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos.....	8a	(39)	(10.805)
		277.784	231.096
Lucro líquido do exercício			
Lucro líquido por ação - básico e diluído			
Ações ordinárias.....	20d	0,01893	0,01570
Ações preferenciais.....	20d	0,02082	0,01730
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	277.784	231.096
Outros resultados abrangentes.....	-	-
Total do resultado abrangente do exercício.....	277.784	231.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A.									
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais)									
	Nota	Reservas de Capital		Reservas de Lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total	
		Capital social	Ágio na incorporação	Incentivos fiscais	Retenção de lucros				
Saldos em 1º de janeiro de 2012	139.763	2.642	35	27.953	111.549	125.000	-	406.942	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	231.096	231.096	
Distribuição de dividendos em 31 de maio de 2012	20.e	-	-	-	(111.549)	(125.000)	-	(236.549)	
Destinações:									
Dividendos Intermediários em 29 de outubro de 2012	20.e	-	-	-	-	-	(162.000)	(162.000)	
Reserva de retenção de lucros	20.b	-	-	-	69.096	-	(69.096)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	139.763	2.642	35	27.953	69.096	-	-	239.489	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	277.784	277.784	
Distribuição de dividendos em 29 de abril de 2013	20.e	-	-	-	(40.000)	-	-	(40.000)	
Destinações:									
Dividendos Intermediários em 30 de outubro de 2013	20.e	-	-	-	-	-	(162.625)	(162.625)	
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	33.000	(33.000)	-	
Reserva de Retenção de Lucros	20.b	-	-	-	82.159	-	(82.159)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	139.763	2.642	35	27.953	111.255	33.000	-	314.648	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais)		
	2013	2012
Receitas		
Receita de pedágio	871.260	807.723
Receita de construção	35.906	28.575
Outras receitas	11.815	11.644
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de construção	(35.906)	(28.575)
Provisão de manutenção	(11.785)	(11.476)
Custos dos serviços prestados	(67.415)	(66.579)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(40.188)	(46.082)
Valor adicionado bruto	763.687	695.230
Depreciação e amortização	(93.178)	(85.024)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	670.509	610.206
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	12.273	8.418
Valor adicionado total a distribuir	682.782	618.624
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	29.317	27.676
Benefícios	9.585	9.813
FGTS	1.665	1.532
Outras	919	818
Tributos		
Federais	179.226	154.421
Estaduais	112	117
Municipais	44.141	40.920
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	78.317	88.133
Aluguéis	1.420	1.360
Outorga	60.296	62.738
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	195.625	162.000
Lucros retidos do exercício	82.159	69.096
	682.782	618.624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais)		
	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais	277.784	231.096
Lucro líquido do período	277.784	231.096
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39	10.805
Apropriação de despesas antecipadas	3.297	3.297
Depreciação e amortização	79.948	72.713
Baixa do ativo imobilizado	501	72
Baixa do ativo intangível	-	734
Amortização do direito da concessão	13.230	12.311
Juros sobre debêntures, notas promissórias, financiamentos e arrendamento mercantil	71.873	78.747
Variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	-	4.108
Capitalização de custo de empréstimos	(2.914)	(3.488)
Constituição da provisão de manutenção	11.785	11.476
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	3.776	3.703
Constituição e juros sobre riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	208	1.074
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	189	(17)
Juros sobre impostos parcelados	3.448	4.275
	185.380	199.810
Varição nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(371)	(147)
Contas a receber - partes relacionadas	(6.047)	(1.732)
Impostos a recuperar	954	(1.169)
Despesas antecipadas outorga fixa	(17.883)	(16.571)
Despesas antecipadas	146	-
Outras contas a receber e depósitos judiciais	(2.605)	11
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	6.484	(3.337)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	(2.376)	467
Obrigações sociais e trabalhistas	455	1.733
Impostos e contribuições a recolher, parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	108.273	99.336
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(88.080)	(90.243)
Liquidação de provisão de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(293)	(917)
Obrigações com o poder concedente	(2.033)	(1.930)
Realização da provisão de manutenção	(15.865)	(12.264)
Outras contas a pagar	(1.260)	(1.469)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	442.663	402.674
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(8.405)	(25.180)
Adições ao ativo intangível	(37.599)	(2.888)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(46.004)	(28.068)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(202.625)	(398.549)
Financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamento mercantil		
Captações	199.675	773.663
Pagamentos de principal	(176.042)	(663.892)
Pagamentos de juros	(66.243)	(78.976)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(245.235)	(367.754)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	151.424	6.852
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	19.802	12.950
No final do exercício	171.226	19.802
	151.424	6.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **l) Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obriga-

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A.		
Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 13 - Valor justo	Estabelece em um único IFRS a estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações sobre o mesmo.	(a)
IAS 19 - Benefícios a empregados	Fornecer aos investidores e outros usuários das demonstrações financeiras uma idéia mais clara das obrigações atuais e futuras da empresa, decorrentes de planos de benefícios definidos e como essas obrigações afetarão a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa.	(a)
IAS 27 (R) e IAS 28 (R) - Modificações	Modificações para equalização com as IFRS 10, 11 e 12.	(a)
(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.		
3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aplicadas de maneira consistente. Em 19 de fevereiro de 2014 foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. Reclassificação: Para melhor apresentação dos custos e despesas com serviços, na demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi reclassificado o montante de R\$ 7.795 da linha de serviços contida no grupo de despesas gerais e administrativas para a linha de serviços contida no grupo de custo dos bens e/ou serviços vendidos. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:		
Nota	Nota	
2	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1)	12 Amortização dos ativos intangíveis 17 Provisão para riscos
7	Provisão para devedores duvidosos	18 Classificação de arrendamento mercantil
8b	Impostos diferidos	19 Provisão de manutenção
11	Depreciação do ativo imobilizado	23 Instrumentos financeiros
4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Investimentos em títulos financeiros: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo que é determinado para fins de registro contábil e divulgação, é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BOVESPA e Bloomberg).		
5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito. b) Risco de taxas de juros e inflação. c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. Abaixo estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. a) Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam as Companhias à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. b) Risco de taxas de juros e inflação: Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da TJLP e CDI relativos aos financiamentos em reais, (2) IGP-M e CDI relativo às debêntures, (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão e (4) IPCA ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. Em relação à esse último item, apesar do Termo Aditivo alterando o índice de reajuste das tarifas de pedágio de São Paulo, de IGP-M para IPCA, garantido o reequilíbrio de eventual perda, o Governo de São Paulo aplicou, nos últimos dois anos, o índice original (IGP-M). As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13 e 14. c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (<i>covenants</i>) previstos em contratos de financiamentos e debêntures. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento.		
		Menos de 1 ano Entre 2 e 3 anos Entre 3 e 4 anos
Financiamentos e Arrendamentos mercantis.....	228	252 69
Debêntures.....	431.354	374.244 88.230
	<u>431.582</u>	<u>374.496</u> <u>88.299</u>
Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 313.932, substancialmente composto por empréstimos, debêntures e notas promissórias a pagar, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já realizados. Além da geração de caixa decorrente das suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.		
		2013 2012
6. Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos.....	2.274	3.152
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos.....	168.952	16.650
	<u>171.226</u>	<u>19.802</u>
As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 99,56% do CDI, equivalente a 8,03% ao ano (8,31% ao ano em 31 de dezembro de 2012).		
		2013 2012
7. Contas a receber Circulante		
Pedágio eletrônico.....	1.448	1.259
Receitas acessórias.....	673	490
Outros.....	-	1
	<u>2.121</u>	<u>1.750</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a).....	(263)	(74)
	<u>1.858</u>	<u>1.676</u>
O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:		
		2013 2012
Idade de vencimentos dos títulos		
Créditos a vencer.....	1.775	1.528
Créditos vencidos até 60 dias.....	73	138
Créditos vencidos de 61 a 90 dias.....	10	10
Créditos vencidos de 91 a 180 dias.....	49	33
Créditos vencidos há mais de 180 dias.....	214	41
	<u>2.121</u>	<u>1.750</u>
(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) - É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda do negócio da Companhia.		
8. Imposto de renda e contribuição social: a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:		
		2013 2012
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social.....	417.629	348.510
Alíquota nominal.....	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal.....	(141.994)	(118.493)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisão para participação nos resultados (PLR).....	(443)	(574)
Despesas com brindes e associações de classe.....	(271)	(1.158)
Despesas indedutíveis.....	(1.222)	(103)
Incentivo relativo ao imposto de renda.....	4.062	2.891
Outros ajustes tributários.....	23	23
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	<u>(139.845)</u>	<u>(117.414)</u>
Impostos correntes.....	(139.806)	(106.609)
Impostos diferidos.....	(39)	(10.805)
	<u>(139.845)</u>	<u>(117.414)</u>
Alíquota efetiva de impostos.....	33,49%	34,07%
b) Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:		
		2013 2012
Bases ativas		
Depreciação de obras registradas no custo (a).....	26.226	24.424
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b).....	19.640	18.352
Constituição da Provisão de manutenção (c).....	10.885	10.989
Provisão para participação nos resultados (PLR).....	723	656
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários.....	766	795
Custo de transação na emissão de títulos.....	259	188
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	89	25
Outros.....	<u>1.658</u>	<u>946</u>
	<u>60.246</u>	<u>56.375</u>

continua

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A.

	2013	2012
Bases passivas		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d).....	(88.537)	(85.114)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(18.121)	(18.746)
Amortização linear do Direito da Concessão gerada nas aquisições de negócios - Ágio (fiscal) versus amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (f).....	(13.013)	(12.779)
Outros	(1.670)	(792)
	(121.341)	(117.431)
	(61.095)	(61.056)

Passivo fiscal diferido líquido
 (a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo, conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07. (b) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção, conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07. (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item "b", conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07. (d) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias, conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07. (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07. (f) Diferença temporária entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão gerado na aquisição de negócios, conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)	Total	
	2013	2012		2013	2012
Circulante	3.297	3.297			
Não Circulante.....	26.376	29.673	100.219	82.336	126.595

(1) Pagamentos antecipados no início da concessão ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão. (2) Para adequação do valor mensal dos custos com outorga fixa na Companhia, a qual o prazo de encerramento da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão da concessão.

10. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Saldos			
	Transações		Ativo	Passivo
	Receitas	Serviços Prestados	Contas a receber	Fornecedores
Controladora				
CCR S.A. - Divisão Actua (a).....	-	11.037	15	16
Outras partes relacionadas				
CGMP (c).....	-	4.861	46.523	-
Samm (d).....	1.857	-	1.338	189
CPC (b).....	-	13.643	11	6
ViaQuatro (e).....	-	-	1	-
Rodoanel Oeste (e).....	-	-	20	15
Total circulante, 31 de dezembro de 2013.....			47.908	37
Total não circulante, 31 de dezembro de 2013.....			-	189
Total, 31 de dezembro de 2013.....	1.857	29.541	47.908	226
Total, 31 de dezembro de 2012.....	2.273	34.859	41.861	2.602

Despesas com profissionais chave da administração

	2013	2012
Remuneração (f):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa.....	1.581	1.177
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	1.520	1.355
Previdência privada.....	41	30
Seguro de vida	6	5
	3.148	2.567

Na AGO realizada em 18 de abril de 2013, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.800, a qual não inclui os encargos sociais. O excedente pago em relação ao aprovado, será submetido a ratificação na próxima AGO.

Saldos a pagar aos profissionais chave:

	2013	2012
Remuneração dos administradores (f)	1.069	945
(a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR. (b) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de obras para manutenção e conservação da Rodovia. (c) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do sistema Sem Parar, e aos valores de tarifas de pedágio eletrônico os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente. (d) Refere-se a serviços de transmissão de dados em alta capacidade, através de fibras ópticas. (e) Refere-se aos encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores. (f) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária.		

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2013		2012	
		Custo	Depreciação Líquido	Custo	Depreciação Líquido
Móveis e utensílios.....	11	3.615	(2.080)	1.535	3.924
Máquinas e equipamentos	12	36.358	(20.675)	15.683	33.896
Veículos.....	20	11.235	(6.594)	4.641	10.146
Instalações e edificações	5	2.130	(1.986)	144	2.130
Sistemas operacionais	16	80.261	(47.456)	32.805	75.929
Imobilizado em andamento	-	7.503	-	7.503	8.058
		141.102	(78.791)	62.311	134.083

Movimentação do custo

	2012		2013		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências (a)	
Móveis e utensílios.....	3.924	5	(692)	378	3.615
Máquinas e equipamentos	33.896	4	-	2.458	36.358
Veículos.....	10.146	-	(346)	1.435	11.235
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130
Sistemas operacionais	75.929	-	(379)	4.711	80.261
Imobilizado em andamento	8.058	8.961	-	(9.516)	7.503
	134.083	8.970	(1.417)	(534)	141.102

	2011		2012		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências (a)	
Móveis e utensílios.....	3.641	22	(61)	322	3.924
Máquinas e equipamentos	28.409	3	(247)	5.731	33.896
Veículos.....	9.469	2	(6)	681	10.146
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130
Sistemas operacionais	45.182	-	(51)	30.798	75.929
Imobilizado em andamento	22.177	26.884	-	(41.003)	8.058
	111.008	26.911	(365)	(3.471)	134.083

14. Debêntures e notas promissórias

	Taxas Contratuais (% a.a.)	Custo efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo de custo de transação a apropriar	Vencimentos	2013	2012
3a. Emissão Série Única	110,5% do CDI	0,2201% (a)	740	82	Fevereiro de 2015	66.451	109.843 (b)
4a. Emissão Série Única	108,3% do CDI	0,1723% (a)	3.862	1.902	Maio de 2017	621.216	751.670 (c)
Cetip (Notas promissórias).....	104,4% do CDI	0,1629% (a)	325	271	Outubro de 2014	203.906	- (d)
Total				2.255		891.573	861.513
Debêntures e Notas Promissórias.....						431.354	183.026
Custo de transação						(1.268)	(1.358)
Total circulante.....						430.086	181.668
Debêntures.....						462.474	681.846
Custo de transação						(987)	(2.001)
Total não circulante.....						461.487	679.845

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação. Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 565 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.730 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

Movimentação da depreciação

	2012		2013		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências (a)	
Móveis e utensílios.....	(1.909)	(367)	196	-	(2.080)
Máquinas e equipamentos	(17.546)	(3.219)	90	-	(20.675)
Veículos.....	(6.072)	(900)	378	-	(6.594)
Instalações e edificações	(1.952)	(34)	-	-	(1.986)
Sistemas operacionais	(39.792)	(7.916)	252	-	(47.456)
	(67.271)	(12.436)	916	-	(78.791)

	2011		2012		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências (a)	
Móveis e utensílios.....	(1.593)	(359)	43	-	(1.909)
Máquinas e equipamentos	(14.820)	(2.926)	197	3	(17.546)
Veículos.....	(5.032)	(1.045)	5	-	(6.072)
Instalações e edificações	(1.916)	(36)	-	-	(1.952)
Sistemas operacionais	(34.161)	(5.676)	48	(3)	(39.792)
	(57.522)	(10.042)	293	-	(67.271)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. Ativos Intangíveis

	Taxa média anual de amortização %	2013		2012	
		Amor-tização Custos	Líquido	Amor-tização Custos	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b).....	(*)	1.247.077	(378.175)	868.902	1.216.288
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	9.664	(6.090)	3.574	9.532
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.....	20	1.352	(1.063)	289	1.352
Direito da concessão (c).....	(*)	251.709	(88.736)	162.973	251.709
		1.509.802	(474.064)	1.035.738	1.478.881

Movimentação do custo

	2012		2013		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências (a)	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b).....	1.216.288	36.676	-	402	1.247.077
Direitos de uso de sistemas informatizados	9.532	-	-	132	9.664
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.....	1.352	-	-	-	1.352
Direito da concessão (c).....	251.709	-	-	-	251.709
	1.478.881	36.676	-	534	1.509.802

	2011		2012		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências (a)	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b).....	1.211.826	27.658	(1.010)	859	1.216.288
Direitos de uso de sistemas informatizados	6.927	33	(10)	2.582	9.532
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.....	1.322	-	-	30	1.352
Direito da concessão (c).....	251.709	-	-	-	251.709
	1.471.784	27.691	(1.020)	3.471	1.478.881

Movimentação da amortização

	2012		2013		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(311.927)	(66.248)	-	(378.175)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.984)	(1.106)	-	(6.090)	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.....	(905)	(158)	-	(1.063)	
Direito da concessão (c).....	(75.506)	(13.230)	-	(88.736)	
	(393.322)	(80.742)	-	(474.064)	

	2011		2012		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(250.635)	(61.567)	275	(311.927)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.131)	(864)	11	(4.984)	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(665)	(240)	-	(905)	
Direito da concessão (c)	(63.195)	(12.311)	-	(75.506)	
	(318.626)	(74.982)	286	(393.322)	

(*) Amortização pela curva de benefício econômico. (**) Refere-se ao reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas pela Companhia, conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20. (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; (b) Do montante de R\$ 1.247.077, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 33.193 referem-se à intangível em fase de construção e não disponibilizado ao usuário; (c) Direito da Concessão: refere-se ao ágio reassumido na reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 2.349 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.758 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012). A taxa média anual de capitalização no exercício de 2013 foi de 6,99% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 7,40% a.a. no exercício de 2012.

13. Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

	Taxas Contratuais (% a.a.)		Vencimentos	2013	2012
	Em moeda nacional				
(1) HSBC Bank Brasil S.A. (Finame)	7,70% a.a.	Agosto de 2013	-	93 (a)	
(1) Alfa S.A. (Finame)	7,00% a.a.	Maio de 2015	63	107 (a)	
(1) e (3) Alfa S.A. (Finame)	5,5% a.a.	Julho de 2017	419	530 (a)	
(3) Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)	CDI + 1,5% a.a.	Setembro de 2013	-	447 (a)	
(2) Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil)	1,2321% a.m.	Julho de 2014	67	169 (a)	
Total			549	1.346	
Total circulante			228	798	
Total não circulante			321	548	

Garantias: (a) Bens financiados.
Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2013
2015.....	135
2016.....	117
2017.....	69
	321

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. (1) Nos financiamentos junto aos contratos de FINAME, quando a TJLP for superior à taxa de 6% ao ano, a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto. (2) Em 21 de julho de 2011, a Companhia firmou o contrato de arrendamento mercantil com Banco Itaú Leasing S.A., no montante de R\$ 280, com pagamento de principal e juros em 36 parcelas mensais e com vencimento final em 21 de julho de 2014. A taxa de juros é de 1,23% a.m. (3) Em 29 de outubro de 2012, a Companhia captou R\$ 525 através de Finame junto ao Banco Alfa, com remuneração fixa de juros de 5,50% ao ano, com vencimento em 17 de julho de 2017 e pagamentos mensais de juros e principal no respectivo dia 15.

	Taxas Contratuais (% a.a.)	Custo efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo de custo de transação a apropriar	Vencimentos	2013	2012
3a. Emissão Série Única	110,5% do CDI	0,2201% (a)	740	82	Fevereiro de 2015	66.451	109.843 (b)
4a. Emissão Série Única	108,3% do CDI	0,1723% (a)	3.862	1.902	Maio de 2017	621.216	751.670 (c)
Cetip (Notas promissórias).....	104,4% do CDI	0,1629% (a)	325	271	Outubro de 2014	203.906	- (d)
Total				2.255		891.573	861.513
Debêntures e Notas Promissórias.....						431.354	183.026
Custo de transação						(1.268)	(1.358)

Cronograma de desembolsos (não circulante)		2013	
2015.....		197.772	
2016.....		176.472	
2017.....		88.230	
		<u>462.474</u>	

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. (b) Em 20 de fevereiro de 2011, foi realizada a 3ª emissão pública de debêntures, no total de 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal total de R\$ 150.000, as quais foram inscritas e integralizadas em 21 de fevereiro de 2011 pelo mesmo montante. Os juros estão sendo pagos em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e de 2015. A amortização do principal está sendo realizada em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e de 2015, podendo ser totalmente resgatadas, a qualquer momento, a critério da emissora. A principal obrigação e cláusula restritiva é não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo legal, caso o resultado da divisão "Dívida líquida/EBITDA" seja superior a 4 e/ou o ICSD seja inferior a 1,2. (c) Em 28 de abril de 2012, a Companhia realizou a 4ª emissão pública de 75.000 debêntures, simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com valor nominal total de emissão de R\$ 750.000, as quais foram inscritas e integralizadas em 10 de maio de 2012, no valor total de R\$ 751.887. O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira: • Amortização: em 17 parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, iniciando-se a primeira em 28 de maio de 2013; • Juros: trimestralmente, entre 28 de maio de 2012 e 28 de maio de 2017. As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, mediante pagamento de prêmio de resgate de no máximo 0,75% incidente sobre o valor do resgate e/ou amortização. Esta emissão não conta com garantias. Os principais critérios para o vencimento antecipado são: • Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Companhia que venha a resultar na alienação do seu controle acionário a terceiros, sem prévia e expressa aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, restando autorizadas as hipóteses de transferência de controle dentro do grupo econômico da CCR. • Caso a Companhia, sem que haja a aprovação prévia da maioria simples dos debenturistas, realize uma ou mais novas emissões de debêntures que, na data de cada respectiva emissão, leve o índice de dívida líquida / EBITDA a um valor superior a 4, calculado com base nas demonstrações financeiras mais recentes divulgadas à CVM e ao mercado, ressalvado, contudo, emissões cuja totalidade ou parcela dos recursos captados sejam, destinados ao pré-pagamento e liquidação das debêntures da presente emissão, as quais não estão sujeitas ao limite estabelecido neste item; • Redução do capital social da Companhia sem que haja anuência prévia da maioria simples dos titulares das debêntures em circulação; • Constituir ou permitir a constituição, em garantia de novas dívidas, de quaisquer ônus, encargos ou gravames sobre qualquer um de seus ativos atualmente existentes ou doravante adquiridos. (d) Em 11 de outubro de 2013, foi contratada nota promissória comercial no valor de R\$ 200.000, junto ao Banco BTG Pactual, com vencimento de juros e principal em 06 de outubro de 2014, fazendo jus ao pagamento dos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 104,45% do CDI, sem garantias.

15. Fornecedores

	2013	2012
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a).....	6.069	10.351
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a).....	107	136
Cauções e retenções contratuais (b).....	8.504	7.270
	<u>14.680</u>	<u>17.757</u>

(a) Os saldos da Companhia referem-se principalmente aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

16. Impostos e contribuições a recolher e parcelados

a) Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais - a recolher

	2013	2012
IRPJ e CSLL.....	50.598	24.287
ISS.....	3.978	3.682
COFINS.....	2.325	2.125
PIS.....	504	460
PIS, COFINS e CSLL Retidos.....	184	263
IRRF.....	82	105
INSS Retidos.....	298	372
	<u>57.969</u>	<u>31.294</u>

b) Obrigações fiscais federais parceladas

	2012		2013		Total
	Saldo Inicial	Juros	Realização	Transferências	
Circulante					
Parcelamento Lei 11.941/09.....	6.147	370	(6.482)	6.480	6.515
Não circulante					
Parcelamento Lei 11.941/09.....	55.213	3.078	-	(6.480)	51.811
Total.....	<u>61.360</u>	<u>3.448</u>	<u>(6.482)</u>	<u>-</u>	<u>58.326</u>
	2011	2012			
	Saldo Inicial	Juros	Realização	Transferências	Total
Circulante					
Parcelamento Lei 11.941/09.....	5.734	413	(6.121)	6.121	6.147
Não circulante					
Parcelamento Lei 11.941/09.....	57.472	3.862	-	(6.121)	55.213
Total.....	<u>63.206</u>	<u>4.275</u>	<u>(6.121)</u>	<u>-</u>	<u>61.360</u>

Os impostos parcelados através da Lei nº. 11.941/09 foram homologados pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, para pagamento em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na taxa Selic. Os pagamentos iniciaram-se em junho de 2011.

17. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2012		2013		Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Pagamentos	Reversão	
Não circulante					
Cíveis e administrativos.....	950	817	(229)	(611)	927
Trabalhistas e previdenciários.....	1.388	347	(64)	(345)	1.326
	<u>2.338</u>	<u>1.164</u>	<u>(293)</u>	<u>(956)</u>	<u>2.253</u>
	2011	2012			
	Saldo inicial	Constituição	Pagamentos	Reversão	Saldo final
Não circulante					
Cíveis e administrativos.....	957	817	(824)	-	950
Trabalhistas e previdenciários.....	1.224	257	(93)	-	1.388
	<u>2.181</u>	<u>1.074</u>	<u>(917)</u>	<u>-</u>	<u>2.338</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 10.340 e R\$ 460, respectivamente. A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos momentos indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2013	2012
Cíveis e administrativos.....	11.253	12.452
Trabalhistas.....	1.294	3.000
	<u>12.547</u>	<u>15.452</u>
Fianças.....	959	850
	<u>959</u>	<u>850</u>

18. Arrendamento Mercantil: a) Operacional: Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	2013
Até um ano.....	553
Acima de um ano e até cinco anos.....	91
	<u>644</u>

A Companhia opera com 33 veículos de frota com contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M. A Companhia reconheceu despesas com operações de arrendamento mercantil operacional, no montante de R\$ 876 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 826 em 31 de dezembro de 2012). **b) Financeiro:** A Companhia possui ativos num montante de R\$ 2.478 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até três anos, com cláusula de opção de compra.

	2013	2012
Até um ano.....	73	67

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

Ativo imobilizado - valor residual

	Taxa média anual de depreciação %	2013		2012	
		Custo	Depreciação Líquido	Custo	Depreciação Líquido
Veículos.....	21	2.478	(1.543)	935	2.820
				(1.195)	1.625

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu como despesa financeira o montante de R\$ 28 e R\$ 523 relativos à despesa de depreciação. Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor nominal		Valor presente	
	2013	2012	2013	2012
Até um ano.....	73	601	67	549
Acima de um ano e até cinco anos.....	-	78	-	67
	<u>73</u>	<u>679</u>	<u>67</u>	<u>616</u>

Os valores presentes acima foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

19. Provisão de manutenção

	2012		2013		Saldo Final
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	
Circulante.....	18.240	9.488	4.360	(15.865)	18.648
Não circulante.....	14.079	2.297	(584)	-	13.367
Total.....	<u>32.319</u>	<u>11.785</u>	<u>3.776</u>	<u>(15.865)</u>	<u>32.015</u>
	2012	2013			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Transferências
Circulante.....	11.572	14.500	4.432	(12.264)	-
Não circulante.....	17.832	(3.024)	(729)	-	-
Total.....	<u>29.404</u>	<u>11.476</u>	<u>3.703</u>	<u>(12.264)</u>	<u>-</u>

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2013 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a., 8,20% a.a., 10,14% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

20. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social da Companhia é de R\$ 139.763, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 13.976.292.242 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.988.146.121 ordinárias e 6.988.146.121 preferenciais. Não houve movimentação das ações durante os exercícios de 2013 e 2012. **b) Reserva de lucros:** • Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, o qual já foi atendido. • Reserva de retenção de lucros: É constituída para a aplicação em investimentos em infraestrutura previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembleia Geral Ordinária. **c) Reserva de capital:** A reserva de capital, no montante de R\$ 2.677, é oriunda da diferença entre o valor do acervo líquido incorporado e o valor do patrimônio líquido da Wolfson Empreendimentos Ltda., por ocasião de sua incorporação conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005. **d) Lucro por ação básico e diluído:** A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

	2013	2012
Numerador		
Lucro líquido disponível.....	277.784	231.096
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído.....	6.988.146.121	6.988.146.121
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído.....	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação ordinária - básico e diluído.....	0,01893	0,01570
Lucro por ação preferencial - básico e diluído.....	0,02082	0,01730

e) Dividendos: Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76). Em 30 de abril de 2013, foi aprovada em AGE, e foi efetuada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 40.000, correspondente a R\$ 2,7257041735 por lote de 1.000 (mil) ações ordinárias e R\$ 2,99827459085 por lote de 1.000 (mil) ações preferenciais, sendo referente a dividendos intermediários a contra parte de reserva de retenção de lucros. Em 29 de outubro de 2013, foi aprovada em AGO, e foi efetuada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 162.625 sobre os lucros apurados no período compreendido entre 1º janeiro de 2013 e 30 de setembro de 2013, correspondente a R\$ 11,08169103 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 12,189860134 por lote de mil ações preferenciais. A Administração propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2013, no montante de R\$ 33.000, correspondentes a R\$ 0,0023611 por ação, a ser submetido à aprovação da AGO de 2014.

21. Receitas

	2013	2012
Receitas de pedágio.....	871.260	807.723
Receitas de construção (ICPC 01).....	35.906	28.575
Receitas acessórias.....	11.815	11.644
Receita Bruta	<u>918.981</u>	<u>847.942</u>
Impostos sobre receitas.....	(76.609)	(70.838)
Devoluções e abatimentos.....	194	145
Deduções das receitas brutas	<u>(76.415)</u>	<u>(70.693)</u>
Receita Líquida	<u>842.566</u>	<u>777.249</u>

22. Resultado financeiro

	2013	2012
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil.....	(71.873)	(83.004)
Juros sobre impostos parcelados.....	(3.448)	(4.275)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção.....	(3.776)	(3.703)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras.....	(2.581)	(1.776)
Capitalização de custos dos empréstimos.....	2.914	3.488
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais.....	-	(73)
	<u>(78.764)</u>	<u>(89.343)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras.....	8.049	5.780
Variação monetária sobre debêntures.....	-	149
Juros e outras receitas financeiras.....	4.224	2.489
	<u>12.273</u>	<u>8.418</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(66.491)</u>	<u>(80.925)</u>

23. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2013		2012	
	Valor justo por meio do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo por meio do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
Ativos				
Aplicações financeiras.....	168.952	-	16.650	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	109	-	105	-
Contas a receber de clientes	-	1.858	-	1.676
Contas a receber partes relacionadas.....	-	47.908	-	41.861
Passivos				
Arrendamento mercantil.....	-	(67)	-	(616)
Financiamentos.....	-	(482)	-	-
Debêntures (a).....	-	(891.573)	-	(861.513)
Fornecedores e outras contas a pagar.....	-	(21.648)	-	(25.985)
Fornecedores e contas a pagar partes relacionadas	-	(226)	-	(2.602)
Aumento de capital partes relacionadas.....	-	(1.724)	-	(1.724)
Total.....	<u>169.061</u>	<u>49.766</u>	<u>(915.720)</u>	<u>43.537</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Aplicações financeiras:** são definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações; • **Contas a receber partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar:** os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações; • **Financiamentos:** consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos; • **Debêntures:** são classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos os saldos apurados seriam os seguintes:

